

Resgate da Memória Contábil nos Estados

Platinum	\$277.00	1384.2
Silver	\$162.00	3116.0
Copper	\$170.00	811.7
Steel	\$491.00	567
Barium	\$101.00	
Manganese	\$125.00	
Aluminum	\$154.00	
Chromite	\$199.00	

Palavra do Presidente

Toda profissão tem sua história, e com a Contabilidade não podia ser diferente. Conhecida como uma ciência dinâmica e propensa a constantes transformações, resgatar o que ficou no passado, fazendo emergir todo o conjunto de fatos e realizações responsáveis pela sua evolução, não se constitui tarefa das mais fáceis – de modo específico, é o que esta feliz iniciativa, intitulada “Resgate da Memória Contábil nos Estados”, se propõe a fazer.

Ao remontar aos primórdios da Contabilidade, trazendo à luz as múltiplas leituras do passado, entre acontecimentos, personagens e lugares, “Resgate da Memória Contábil nos Estados” é mais do que um concurso. Por trás de seu regulamento, encontra-se uma grande oportunidade de ampliação dos conhecimentos, por meio do acesso aos fatos que até então se encontravam no anonimato e que, certamente, funcionaram como catalisadores na construção da identidade da profissão.

E foi nesse contexto que os idealizadores deste projeto pioneiro – os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade – se propuseram a “dar vida” a esse concurso de trabalhos técnicos, como uma forma de estimular, sobretudo, estudantes e profissionais da contabilidade à pesquisa sobre o patrimônio histórico da Contabilidade no Brasil e sua importância no desenvolvimento dos estados.

Para se chegar a este compêndio inédito, a competente Comissão Julgadora teve nas mãos a difícil e brilhante tarefa de selecionar, entre trabalhos oriundos dos 26 estados brasileiros e mais o Distrito Federal, os três textos vencedores.

Assim, parabenizo não somente os três ganhadores dos estados do Acre, Rio Grande do Sul e São Paulo, mas também os demais articulistas que participaram, dando o seu melhor contributo para o êxito do projeto. Tenho a certeza de que todas as dissertações apresentadas encontravam-se dentro do mais absoluto rigor técnico-científico e de que seus autores têm a plena condição de submeter novos trabalhos no futuro.

Boa leitura.

José Martonio Alves Coelho
Presidente do CFC

Apresentação

Esta publicação é uma compilação dos 27 (vinte e sete) trabalhos técnicos recebidos dos 27 Estados da Federação, que atenderam ao disposto no Regulamento Geral do Concurso de Trabalhos Técnicos sob o tema "Resgate da Memória Contábil nos Estados", do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em parceria com os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs).

O concurso Resgate da Memória Contábil nos Estados visa estimular os profissionais da contabilidade, regularmente inscritos em Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), e os estudantes da área contábil para uma reflexão sobre o papel da Contabilidade nos estados e no País.

Os trabalhos técnicos foram recepcionados pelas Comissões Regionais dos Conselhos Regionais de Contabilidade de cada estado e encaminhados ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC), para avaliação e parecer da Comissão Organizadora e Julgadora, designada pela Portaria CFC n.º 69/2016.

A Comissão Organizadora e Julgadora do CFC, composta por Nelson Zafra, José Eustáquio Giovanini, Juliana Aparecida Soares Martins, Marisa Luciana Schwabe de Moraes, Regina Célia Nascimento Vilanova e Sergio Faraco, sob a coordenação do primeiro, realizou uma primeira etapa de avaliações "por pares". Como resultado dessa primeira etapa de avaliações, foram classificados cinco trabalhos que foram submetidos a uma segunda etapa de avaliações, realizada por todos os membros da Comissão.

Dessas etapas, resultaram os três trabalhos premiados:

- São Paulo – Trabalho intitulado "Resgate da Memória Contábil nos Estados" – Autores: Angela Zachinelli Alonso e Alexandra Aparecida Leme Maure.
- Rio Grande do Sul – Trabalho intitulado "A Origem da Contabilidade no Rio Grande do Sul: primeiras evidências, fortalecimento e consolidação" – Autores: Marco Aurélio Gomes Barbosa e Ernani Otti.
- Acre – Trabalho intitulado "História da Memória Contábil nos Estado do Acre" – Autor: Marcelo do Nascimento França.

Destacamos que os conteúdos e a forma de apresentação dos Trabalhos Técnicos contidos nesta publicação são de responsabilidade única e exclusiva dos autores, dado que os referidos trabalhos estão apresentados na íntegra e no seu formato original.

Comissão Organizadora e Julgadora do CFC

Portaria CFC n.º 69/2016

Resgate da Memória Contábil nos Estados: Estado de São Paulo



Angela Zechinelli Alonso
Alexandra Aparecida Leme Maure

Concurso de Resgate da Memória Contábil nos Estados
Conselho Federal de Contabilidade
Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo

Angela Zechinelli Alonso

Alexandra Aparecida Leme Maure

**RESGATE DA MEMÓRIA CONTÁBIL NOS ESTADOS:
COMPILAÇÃO
O ESTADO DE SÃO PAULO**

Trabalho dissertativo apresentado no Concurso de Trabalhos Técnicos do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em parceria com os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs).

São Paulo, Estado de São Paulo
2015

Sumário

Resumo	2
1. Introdução	2
2. Primeiras evidências	4
3. Primeiras organizações	8
3.1 Associação de Guarda Livros	8
3.2 Associação dos Contadores de São Paulo	10
3.3 – Instituto Paulista de Contabilidade	11
3.4 - Sindicato dos Contabilistas de São Paulo	11
3.5 – Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo	12
3.6 – Associação dos Peritos Judiciais do Estado de São Paulo	13
3.7 – Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo	14
3.8 – SESCON-SP Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo e Associação das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de São Paulo	14
3.9 – Academia Paulista de Contabilidade	15
3.10 – Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes	17
4. Primeiras escolas	18
4.1 Escola Politécnica da USP	21
4.2 - Fundação Escola de Comércio Alvares Penteado	21
5. Considerações finais	22
Referências	24

Resumo

Este trabalho apresenta um relato histórico sobre a organização profissional contábil, tratando de instituições de ensino e de representatividade da classe contábil e de algumas personalidades que nelas atuaram, com o objetivo de resgatar a memória da Contabilidade e sua evolução no Estado de São Paulo. A pesquisa foi desenvolvida a partir de documentos das instituições estudadas, de informações de periódicos dos séculos XIX e XX, e outras fontes bibliográficas. O estudo revela que a organização profissional contábil no Estado de São Paulo teve sua origem nas entidades representativas da classe comercial, dado que a profissão de Guarda-Livros estava intrinsecamente ligada às atividades do comércio. Trata-se de uma pesquisa regional, específica sobre o Estado de São Paulo, como contribuição para o conhecimento e a formação da memória histórica e cultural da Contabilidade brasileira.

1. Introdução

Desde os primórdios da humanidade a contabilidade já existia, assegurando o Patrimônio de rebanhos e escravos, entre outros bens. Naquela época, eram contados por grupos de itens da mesma espécie, registrados por meio de desenhos em peças de argilas (tábuas Uruk) gravando a cara do animal que queriam controlar (VENTURELLI, 2011). Com o passar dos anos o método de contabilizar foi evoluindo até o método das partidas dobradas, como registrado por Frei Luca Pacioli em seu “Tractatus de Computis et Scripturis” (Contabilidade por Partidas Dobradas), publicado em 1494 (SOARES, 2013).

A profissão contábil está presente no Brasil desde 1549, ano em que D. João III realiza a primeira nomeação de um Guarda-Livros. A chegada da família Real Portuguesa em 1808 promoveu a abertura dos portos comercializando produtos para outros países, aumento dos gastos públicos e o surgimento de novos negócios. Formou-se o Erário Régio ou o Tesouro Nacional e Público, juntamente com o Banco do Brasil. (REIS; SILVA, 2007)

Surgiu, então, a necessidade de capacitar profissionais na escrituração contábil e um alvará de D. João ordenava “que a escrituração seja mercantil por partidas dobradas, por ser a única seguida por nações civilizadas,... por ser mais clara e a que menos lugar dá a erros e subterfúgios” (SOUZA, 2012). Em Portugal, a Carta de lei, de 30 de agosto de 1770, regulamentou a profissão contábil para os diplomados em “Aula de Comércio”, estendendo para o Brasil, então sua colônia, o mesmo preceito.

As primeiras “Aulas de Comércio” no Brasil surgiram no Rio de Janeiro e no Maranhão, em 1811, e na Bahia e em Pernambuco, em 1913 (SOUZA, 2012).

Somente em 1846 as “Aulas de Comércio” ganharam Estatuto próprio, com a publicação do Decreto Imperial nº 456 (SOUZA, 2012).

Em 1850, o imperador D. Pedro II sancionou o Código Comercial Brasileiro e o Guarda-livros passou a ser considerado agente auxiliar do comércio. Esse primeiro Código Comercial obrigava os empregadores a nomearem por escrito os Guarda-livros, assim chamado antigamente o profissional da Contabilidade e essa

documentação deveria ser inscrita no Tribunal do Comércio. Por esse tempo, os profissionais já se utilizavam da “quarta fórmula”, como eram conhecidas as “partidas dobradas” (POLATO, 2008).

Com o surgimento do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, em 1863, a disciplina Escrituração Mercantil era oferecida para preparar os comerciantes na prática do registro contábil e na contadoria pública passou-se a admitir somente guarda-livros que tivessem concluído tal curso.

Considera-se a profissão de “Guarda-Livros” como a primeira profissão liberal do Brasil, oficialmente reconhecida pelo Decreto Imperial nº 4.475 de 1870, que aprovou os Estatutos da Associação de Guarda-Livros da Corte.

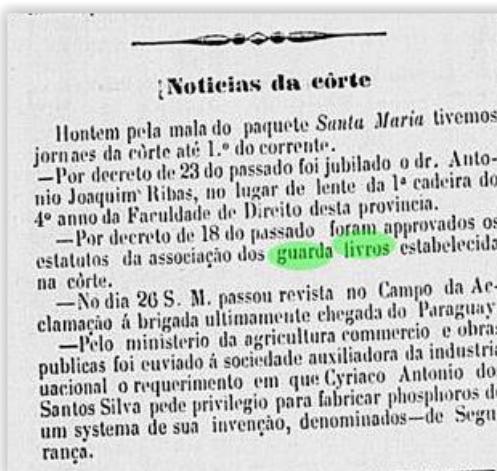


Figura 1 - Correio Paulistano, 04/03/1870

A lei 1083, de 22 de agosto de 1860, é considerada a primeira lei das sociedades por ações e trouxe uma série de regulamentações, entre elas o Decreto 2.679, de 3 de novembro de 1860, sobre a obrigação de remeterem em certas épocas os balanços e outros documentos. Logo no primeiro artigo determina o prazo para os bancos (filiais e agências) publicar o balanço mensal como sendo até o dia 8 do mês seguinte. Além disto, deveriam enviar cópia para o presidente da província e para o ministério da fazenda. O texto do artigo primeiro também fala de relatório de administração e das comissões de exame das contas. O decreto também determinava um modelo, anexo ao texto. Já o artigo 2º. Indicava que para as sociedades anônimas a publicação seria semestral ou no prazo previsto nos estatutos. Além disto, deveriam encaminhar cópia às Secretarias de Estado. Não estavam abrangidas na obrigatoriedade de publicação as associações religiosas e “corporações de mão morta”.

Mas é após a proclamação da república e no transcorrer da Primeira República (1889-1930) que o ensino de contabilidade parece entrar de forma mais direta nos currículos dos cursos de formação técnico-comercial ofertados pelas escolas brasileiras, surgindo, também, a necessidade de se organizar para proteger os interesses da profissão.

A partir de 1930, foi a industrialização que promoveu a aceleração do desenvolvimento de toda uma cadeia produtiva e de negócios, com fomento à criação de empresas privadas não só industriais mas também de serviços e comerciais ligadas às indústrias. Até então, o Brasil de oligarquias agroexportadoras pouco interesse tinha em prestar contas. Com o crescimento econômico brasileiro pelo capitalismo industrial, a exigência de prestação de contas levou a profissão contábil a patamares cada vez mais elevados.

2. Primeiras evidências

O guarda-livros era um profissional que fazia trabalhos da empresa, como elaborar contratos e distratos, controlar a entrada e saída de dinheiro e fazer toda a escrituração comercial. Para ser um Guarda-Livros não era necessário ter estudo superior; o conhecimento era adquirido através de cursos particulares, ministrados juntamente com as primeiras lições de matemática. A Contabilidade era feita à mão e, portanto, um dos requisitos para ser Guarda-Livros era ter uma boa caligrafia. Havia uma distinção entre Guarda-Livros e Contador: o Contador se dedicava a calcular juros, hipotecas, letras de câmbio e outros cálculos e era contratado usualmente pelo Governo, Forças Armadas e Bancos.

No início do Século XIX, a filha de Antonio da Silva Prado (1778 a 1875), cobrador de impostos em Sorocaba e um dos homens mais ricos de São Paulo, recebeu um longo treinamento na contabilidade de “partida dupla”. Provavelmente, foi educada por professores particulares, como era costume na época, e a contabilidade foi considerada, por seu pai, disciplina muito importante (CALDEIRA, 2009).

Em São Paulo, com a expansão do café e o crescimento industrial entre 1872 e 1920, a população cresceu de 31.385 para 579.033 habitantes. No recenseamento de 1910, São Paulo já ocupava o primeiro lugar no movimento fabril brasileiro, com 4.145 estabelecimentos e 83.998 operários. Levantamentos realizados em 1900 indicavam a existência de 165 estabelecimentos industriais e 50 mil operários (POLATO, 2008). Muitos imigrantes participaram desse processo e alguns cafeicultores destacaram-se na transferência do capital agrário para negócios urbanos. O progresso vertiginoso da Província de São Paulo ocorreu em todos os ramos da sua administração e vida econômica, social e política.

Brasil, Estado de São Paulo e Cidade de São Paulo População Total: 1872 - 1890 - 1900 - 1920						
Anos	Brasil Habitantes	Brasil Números Índices	Estado de São Paulo Habitantes	Estado de São Paulo Números Índices	Cidade de São Paulo Habitantes	Cidade de São Paulo Números Índices
1872	9.930.478	100	837.354	100	31.385	100
1890	14.333.915	144	1.384.753	165	64.934	207
1900	17.438.434	177	2.282.279	272	239.820	764
1920	30.635.605	308	4.592.188	548	579.033	1.845

Fonte: Emplasa, 2001, p. 24

Figura 2 – (POLATO, 2008)

As boas perspectivas econômicas, a expansão das estradas de ferro e das empresas de serviços urbanos atraíram investimentos estrangeiros e surgiram escolas de comércio para capacitar profissionais necessários ao controle dessa expansão violenta de negócios.

Até então, os Guarda-Livros ofereciam seus serviços pessoais em periódicos.

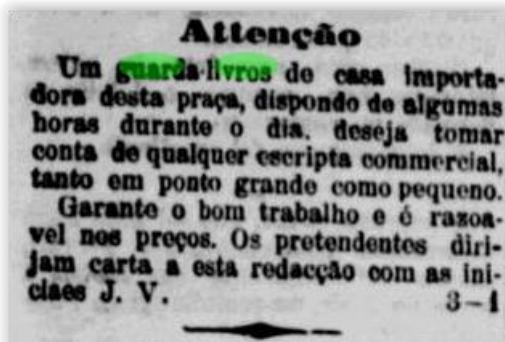


Figura 3 - O Commercio de S.Paulo, 12 de abril de 1894.

Em 1892, na cidade paulista de São Carlos, teve início um sistema de Contabilidade pública até então inédito no País. Com características patrimonial, financeira e orçamentária, o sistema se baseou no método desenvolvido pelo engenheiro polonês Estanislau Kruszynski para a prefeitura daquela cidade (GUIMARÃES, 2012).

O êxito do novo método levou à sua implantação no Tesouro do Estado de São Paulo, em 1905. Dezesseis anos depois o padrão foi adotado em todo o Brasil, sendo responsável pela criação da Contadaria Central da República, por meio do Decreto 15.210, de 28 de dezembro de 1921 (GUIMARÃES, 2012).



Figura 4 - Prédio do Tesouro do Estado de São Paulo, criado em 1905 –
Reprodução/www.camara.sp.gov.br

Possivelmente um dos primeiros escritórios de contabilidade que se tem notícia seja o do citado engenheiro Estanislau Kruszynski, que, tendo trocado a Polônia pelo Brasil, se estabeleceu na cidade de São Carlos, no Estado de São Paulo, onde, entre os anos de 1884 e 1924, data de seu falecimento, ministrou aulas de

Contabilidade em sua residência, à Rua Marechal Deodoro, número 101. Aos melhores alunos era reservado o direito de trabalhar no escritório de contabilidade de Kruszynski que cuidava da contabilidade de, pelo menos, doze fazendas da região (MARTINS; SILVA; RICARDINO, 2006).

O País atravessava momentos de grandes transformações na política e na economia, sem contar, ainda, que um sentimento de organização profissional e trabalhista tomava conta da sociedade e, a partir desse momento, nota-se uma busca enérgica pela organização da profissão contábil, e o Estado de São Paulo participaativamente para a regulamentação profissional de Guarda-Livros e Contadores.

No final do século XIX, coube ao Grêmio dos Guarda-Livros de São Paulo a iniciativa de criar um curso regular que oficializasse a profissão contábil (SCHMIDT; SANTOS; FONSECA, 2008). Desse Grêmio surgiu a Escola Prática de Comércio, mais tarde denominada Escola de Comércio Álvares Penteado.

A Primeira entidade que congregou os Contabilistas no Brasil foi o Instituto Brasileiro de Contadores Fiscais, fundado em 1915, em São Paulo, nos mesmos moldes do Instituto Inglês dos Chartered Accountant's (CRC SP, 1996).

Em 1916, constituiu-se a Associação dos Contadores de São Paulo e o Instituto Brasileiro de Contabilidade, no Rio de Janeiro, que se transformou, em 1936, em Sindicato.

O Instituto Paulista de Contabilidade foi fundado em 1919 e também veio a se transformar em Sindicato.

Em 1924, o Instituto Brasileiro de Contabilidade realizou o 1º Congresso Brasileiro de Contabilidade na cidade do Rio de Janeiro (RJ), oportunidade em que foram apresentadas propostas junto aos Poderes Públicos para criação de uma lei que regulamentasse o exercício das funções dos profissionais de contabilidade no Brasil (CFC, 2008).

O sentimento classista nasceu da proposta feita em 27 de dezembro de 1925, em São Paulo, pelo Professor Francisco D'Auria, Contador Geral da República, que lançou a ideia da instituição do "Registro Geral dos Contabilistas" no Brasil (GUIMARÃES, 2012).

Antes de 1926, não formávamos, ainda, uma unidade com sentido nacional orgânica, como a que surgiu à tona naquele histórico 25 de abril de 1926, quando o Senador João Lyra, ao agradecer as homenagens que lhe prestavam os profissionais de Contabilidade de São Paulo, afirmou: "Trabalhemos, pois, bem unidos tão convencidos do nosso triunfo, que desde já consideramos o dia 25 de abril, o Dia dos Contabilistas Brasileiros". Nesta oportunidade é que foi solenemente proclamada a Classe Dos Contabilistas Brasileiros (CRC SP, 2015).

Em 1927, foi fundada a Associação Campineira de Contabilidade (GUIMARÃES, 2012).

A AIC – Associação Internacional de Contabilidade, com sede em Bruxelas, teve seu Comitê Brasileiro organizado em 1929, em São Paulo. A finalidade da AIC era promover congressos internacionais (GIGLIOLI, 2011).

O 2º Congresso Brasileiro de Contabilidade, que deveria ter sido realizado em 1926, na cidade de São Paulo (SP), não aconteceu. Esse Congresso só ocorreu em 1932, na cidade do Rio de Janeiro (RJ) (CFC, 2008).

Somente em 1934, São Paulo recepcionou um Congresso Brasileiro de Contabilidade, em conjunto com o 1º Congresso de Contabilidade do Estado de São Paulo, na Escola de Comércio Álvares Penteado (CFC, 2008).

O Estado de São Paulo recepcionou novamente um Congresso Brasileiro de Contabilidade somente setenta anos depois, portanto em 2004, na cidade de Santos (CFC, 2008).

Em 1944, o Sindicato dos Contabilistas de São Paulo convocou a primeira Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo na Escola de Comércio Álvares Penteado (CRC SP, 1996).

Do exterior, vinha o conhecimento em negócios e a necessidade de se revisar as contas. A revisão de contas era usualmente feita pelo Conselho Fiscal das Companhias, mas as companhias estrangeiras, principalmente da Inglaterra, passaram a enviar os seus “peritos em contabilidade” ou auditores independentes, como conhecemos hoje, para certificação das contas.

O primeiro balanço auditado publicado no Brasil, no Wileman's Brazilian Review, um periódico publicado em língua inglesa no Rio de Janeiro, foi o da Companhia Agrícola Fazenda Dumont, em 24 de agosto de 1915. A fazenda, localizada perto de Ribeirão Preto era considerada uma das maiores do mundo, de propriedade do pai de Alberto Santos-Dumont, o aviador (GIESBRECHT, 2015). Foi vendida em 1896 para The Dumont Coffee Company Limited, uma empresa com sede em Londres e diretores no Brasil, em São Paulo. Assinou o Certificado James W. Gray, da firma Jackson, Pixley, Browning, Husey & Co. Chartered Accountants, Auditors, de Londres, Inglaterra.

I hereby certify that I have examined the documents and books of the Companhia Agrícola Fazenda Dumont, and have found same in good order and correct.

James W. Gray.

Figura 5 - Certificação pelo auditor no Brasil

No mesmo periódico, encontramos o balanço da Fazenda Água Santa Coffee Company, Ltd. auditado por Ball, Baker, Cornish & Co. Chartered Accountants. A Fazenda Água Santa, ficava em Santa Ernestina, Distrito do Município de Taquaritinga, Estado de São Paulo e pertenceu anteriormente ao "barão do café" Carlos Leônio de Magalhães, o maior cafeicultor do Brasil no início do século XX.

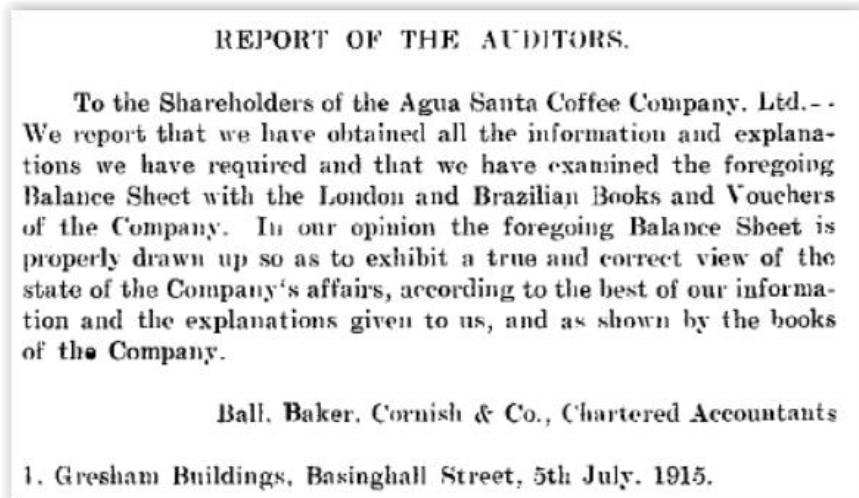


Figura 6 - Certificação dos Auditores Independentes.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Contabilidade, fundado em 1916, no Rio de Janeiro, somente em 1931 criou a Câmara dos Peritos Contadores (PELEIAS; BACCI, 2004).

Foi a Revolução de 1930, entretanto, que trouxe por meio do Governo Provisório, Chefiado por Getúlio Vargas, em 30 de junho de 1931, o Decreto nº 20.158, reformando o ensino comercial e estabelecendo o registro obrigatório dos guarda-livros e contadores na Superintendência do Ensino Comercial.

Finalmente, com o Decreto-Lei 9.295, de 27 de maio de 1946, são definidas as atribuições do contador e do guarda-livros e também é criada a estrutura de organização, fiscalização e regulação profissional da contabilidade: o Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais.

3. Primeiras organizações

3.1 Associação de Guarda Livros

Com a expansão da economia de São Paulo e o crescimento do número de profissionais, alguns guarda-livros tiveram a iniciativa de se organizarem em uma sociedade na capital. Em 30 de julho de 1876 foi criada, na cidade de São Paulo, a Associação de Guarda-Livros, conforme notícia veiculada no Jornal "Correio Paulistano" de 4 de agosto de 1876, sob a Presidência de João Gomes de Andrade e tendo como participantes José Severino Fernandes, João Lino Xavier do Amaral, José Guilherme da Costa, José Francisco de Almeida, Ferreira Campos, Guilherme Tuck, Cabral, Vargas e Moreira da Cruz.

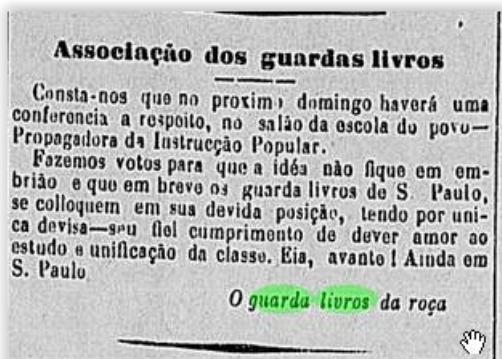


Figura 7 - Correio Paulistano, 29/07/1876.

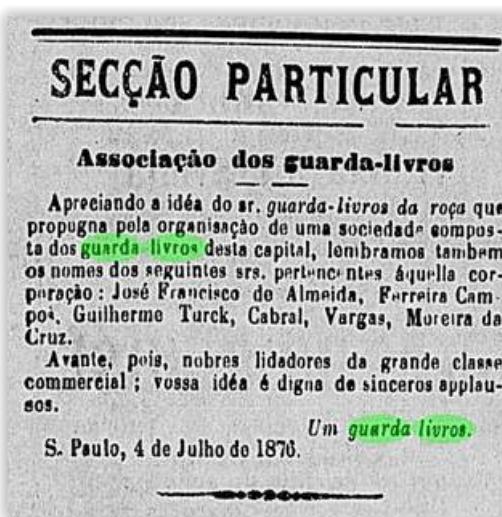


Figura 8 - Correio Paulistano, 29/07/1876.

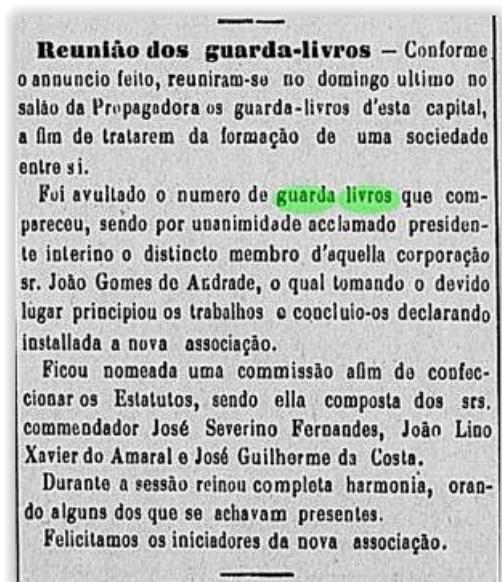


Figura 9 – Correio Paulistano

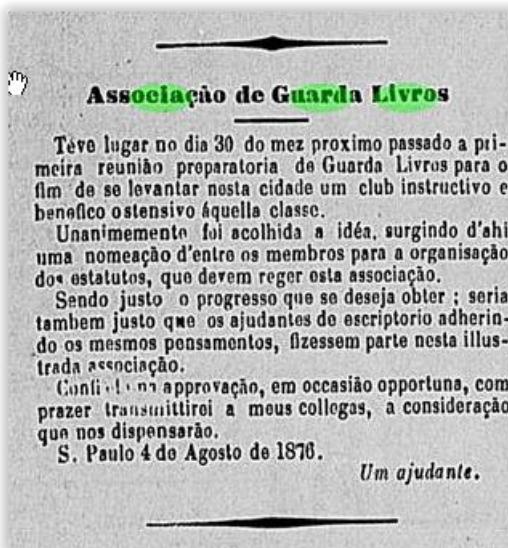


Figura 10 – Correio Paulistano



Figura 11 – Correio Paulistano

3.2 Associação dos Contadores de São Paulo

Durante a época da Primeira Guerra Mundial, mais especificamente em 1916, em São Paulo, era fundada a Associação dos Contadores de São Paulo. A Associação tinha como principal objetivo pugnar pelos interesses da classe contábil, trabalhando fortemente junto aos poderes públicos pela regulamentação da profissão (GUIMARÃES, 2012).

A Associação teve como Presidente, em sua fundação, José Mascarenhas e como Vice-Presidente Gilberto Paulo Mello Nobrega. Foi convidado para Presidente Honorário Francisco D'Auria e para membros honorários o senador João de Lyra Tavares, Carlos de Carvalho, Horácio Berlinck, José da Costa Sampaio, Francisco Rodrigues Lavras e Frederico Vergueiro Steidel (CRC SP, 1996).

3.3 – Instituto Paulista de Contabilidade

Onze jovens professores com determinação, liderados pelo Prof.º Francisco D'Auria, um aluno exemplar das primeiras turmas na Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado onde começou a ministrar aulas pouco tempo depois, fundaram o Instituto Paulista de Contabilidade – IPC (SINDCONT-SP, 2009).

O primeiro Presidente do IPC ao ser fundado foi o próprio Francisco D'Auria, acompanhado do Vice-Presidente Gilberto Paulo Mello Nóbrega, do Primeiro Secretário Fernando Hereskac, do Segundo Secretário Frederico Herrmann Júnior, do Primeiro Tesoureiro Aristides de Macedo Filho, do Segundo Tesoureiro Luiz Seraphico de Assis Carvalho e do Bibliotecário Mario Pligler (SINDCONT-SP, 2009).

Uma lei sindical promulgada pelo Governo Federal estabeleceu a representação profissional por meio de sindicato único e, para cumprir a legislação, foi necessária a unificação das bases desta entidade e do Sindicato dos Contadores de São Paulo, grupo que havia sido criado em 1932, surgindo, então, o Sindicato dos Contabilistas de São Paulo - Sindicont-SP (GUIMARÃES, 2012).

3.4 - Sindicato dos Contabilistas de São Paulo

O Sindicont-SP, Sindicato dos Contabilistas de São Paulo, foi fundado em 19 de julho de 1919, localizado na Praça Ramos de Azevedo, 202.

A reunificação dos grupos do IPC e do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo ocorreu em Assembleia Geral conjunta das duas entidades, em 1940, quando se deliberou a unificação, o enquadramento sindical, a recomposição da diretoria e a aprovação dos estatutos para a criação do Sindicont-SP. A Carta Sindical foi assinada em 25 de abril de 1941 (SINDCONT-SP, 2009).

Legalmente, o Sindicont-SP é o órgão que faz a representação e a defesa dos interesses profissionais dos contabilistas da capital e da Grande São Paulo (SINDCONT-SP, 2009).

Atualmente com uma base composta por mais de 80 mil associados e filiados que atuam em 20 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, o Sindicont-SP atua em defesa da profissão, levando os principais pleitos da classe aos órgãos governamentais como a Receita Federal do Brasil - RFB, Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, entre outros (SINDCONT-SP, 2015).

A entidade também promove a educação profissional continuada, realizando palestras, cursos e eventos sobre temas atuais e relevantes ao dia a dia dos contabilistas, bem como através dos debates promovidos pelo Centro de Estudos e Debates Fisco-Contábeis - CEDFC. Oferece ainda assessoramento jurídico e diversos convênios e parcerias firmadas com estabelecimentos, para garantir melhor qualidade de atuação profissional e de vida aos associados e filiados (SINDCONT-SP, 2015).

3.5 – Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo foi instalado em 14 de dezembro de 1946 e sua primeira reunião foi realizada em 23 de dezembro, às 21 horas, na sede do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo, naquela ocasião, localizado na Rua São Bento, 405, 11º andar. Nessa primeira reunião, foi realizada a eleição para a escolha do primeiro presidente do CRC SP, da qual saiu-se vitorioso o Contador Pedro Pedreschi (CRC SP, 2015).

A segunda reunião do CRC SP foi realizada em 6 de fevereiro de 1947, também na sede do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo, e nela foram debatidos os temas referentes à efetiva instalação do órgão de registro e fiscalização do exercício da profissão contábil no Estado de São Paulo (CRC SP, 2015).

Em 15 de dezembro de 1947, o Conselho instalou-se em sua primeira sede, uma pequena sala de 16 metros quadrados localizada na Rua Wenceslau Braz, 175, 5º andar, onde ficou até 1951, quando se mudou para uma sede maior, que ocupava todo o andar de um prédio na Rua 3 de Dezembro (CRC SP, 2015).

Em 1952, o presidente, Joaquim Monteiro de Carvalho, comprou o 8º andar do Edifício da Lavoura, na Rua 24 de Maio, 104, a primeira sede própria do CRC SP. Ao mesmo tempo em que crescia em importância e em funções, o Conselho ia ocupando outros andares desse edifício, até que passou a utilizá-lo quase que completamente (CRC SP, 2015).

Em 1990, foi criada uma comissão para estudar a viabilidade da construção de uma nova sede para o CRC SP e, em 6 de outubro de 1995, foi inaugurada a nova sede do CRC SP, na Rua Rosa e Silva, 60, um edifício de 11 andares, com um mezanino, três andares anexos e três subsolos, contando com quase 10 mil metros quadrados de área construída (CRC SP, 2015).

Com o objetivo de ampliar a estrutura física da entidade, em 2006, o CRC SP comprou um prédio, localizado na Rua Rosa e Silva, 104. O prédio, que passava então a ser a sede do CRC SP, foi inaugurado no dia 13 de dezembro de 2010, como Edifício Ynel Alves de Camargo, onde está o Teatro Hilário Franco e que, hoje, abriga as instalações do Centro de Memória da Contabilidade Paulista Joaquim Monteiro de Carvalho (CRC SP, 2015).

O CRC SP que registra e fiscaliza o exercício profissional, também é responsável por um programa de educação continuada que beneficia milhares de profissionais de todas as regiões do Estado com palestras, realiza visitas dos estudantes de Contabilidade para conhecer o CRC SP, e seminários, entre outras atividades. O CRC SP organiza as Convenções (Estadual e Regionais) com o objetivo de estreitar o relacionamento entre profissionais, empresários e estudantes de Contabilidade, atuando por meio de suas Comissões, ampliando e reforçando o trabalho do Conselho. As comissões são formadas por jovens profissionais, mulheres, integrantes da melhor idade, do Terceiro Setor, da cultura e do meio acadêmico (CRC SP, 2015).

3.6 – Associação dos Peritos Judiciais do Estado de São Paulo

A APEJESP-SP foi fundada em 30 de agosto de 1957, por um grupo de peritos judiciais e as reuniões eram realizadas após o expediente da tarde, quase habitualmente. A distância não importava, tudo era válido e fácil, seus estatutos estabeleciam que "entre os sócios efetivos, são fundadores os admitidos até 31 de outubro de 1957", sendo certo que as dez primeiras inscrições caracterizaram os fundadores. Odilon e Siqueira foram os números 2 e 1, respectivamente; Danilo Duarte Serra nº 8, Fausto Ferreira Coimbra nº 9 e Irineu Desgualdo nº 10 (APEJESP, 2015).

No escritório localizado à Avenida Liberdade, do contador Odilon Cunha Lima e seu amigo contador seu José Ferraz de Siqueira Sobrinho, perito no fórum cível, além de advogado e então contador da Seção de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil, a reunião era informal. Encontravam-se como um grupo de amigos de cinco ou seis pessoas; Siqueira levava o amigo, Reynaldo Porchat de Assis; Cunha Lima, Andalício Antunes Pereira, ferrenho socialista e grande argumentador; e passavam a tratar das questões ligadas à atuação dos peritos no processo, pois naquela ocasião digladiavam-se três peritos em cada causa, eis que inexistia a figura dos assistentes (APEJESP, 2015).

A Associação instalou sua sede no Largo do Paissandu. Móveis foram adquiridos a prazo, a receita era restrita, foi necessário repactuar. Foi a primeira compra a prazo (APEJESP, 2015).

A ata da assembleia que aprovou a reforma estatutária de 30 de agosto de 1963 teve como presidente do ato Theobaldo Freitas Leitão e, secretário, João Manoel Ribas d'Ávila; funcionário do Tribunal de Contas do Estado. Compareceram 20 associados, foram eleitos os 13 membros do conselho, com 1 voto em branco; os 19 votantes teriam, todos eles, sufragado com 19 votos cada um dos 13 eleitos, o que não aconteceu só porque d'Ávila e Menezes não quiseram votar no próprio nome e, como deferência, votaram em 2 amigos. Ainda não existia o voto eletrônico e tudo era às claras (APEJESP, 2015).

A associação prosseguiu, com o primeiro seminário de perícias judiciais realizado em 1977 sob a batuta do presidente Frederico José Sacco, com os trabalhos de José Rojo Alonso, José Maria Menezes Campos e Fausto Ferreira Coimbra, quando a sede se instalou na Rua Senador Feijó, vinda da Rua Barão de Itapetininga, o que muito contribuiu para o prestígio da entidade. Contadores e engenheiros lotaram o salão do Palácio Mauá, demonstrando que a congregação com outras entidades profissionais era viável e muito profícua (APEJESP, 2015).

Decorridos 44 anos da sua fundação, a associação manteve-se fiel aos seus objetivos estatutários. Seu passado certamente transborda destas mínimas anotações relacionadas ao início da entidade, de tal maneira é válido que seja recebido pelos novos associados como estímulo permanente à manutenção e ao acréscimo da entidade (APEJESP, 2015).

3.7 – Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo

Na década de 40 era patente a necessidade de um órgão de representação da Contabilidade paulista como um todo, o que levou os mais importantes sindicatos de contadores existentes à época a se congregarem em uma Federação. Dessa forma, em 27 de fevereiro de 1948, foi fundada a Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo, a qual atende pela sigla Fecontesp, pelos Sindicatos de Contabilistas de São Paulo, Santos, Ribeirão Preto, Sorocaba e Campinas (FECONTESP, 2015).

A organização, sem fins lucrativos, começou seus trabalhos tendo como primeiro presidente o contabilista José da Costa Boucinhas, que promoveu inúmeros benefícios à Entidade e aos sindicatos filiados. Os seus sucessores prosseguiram o trabalho, sempre empenhados em promover reflexões, articular reivindicações e estimular a capacitação entre os contabilistas paulistas (FECONTESP, 2015).

Após mais de 60 anos de atuação, hoje a Fecontesp congrega 24 sindicatos de profissionais da Contabilidade distribuídos ao longo de todos os 645 municípios do Estado de São Paulo e segue construindo uma história de desafios e conquistas na busca da integração, valorização e defesa dos interesses dos profissionais da Contabilidade, bem como das empresas e da sociedade, de forma geral (FECONTESP, 2015).

A Fecontesp, que tem sua sede na Rua Formosa, 367, 22º andar, conjunto 2260, no centro da capital, ainda mantém firme o compromisso de fortalecer a Contabilidade brasileira e suas relações com a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do País. Seu principal propósito hoje é representar seus filiados em todas as esferas de poder – Executivo, Legislativo e Judiciário – e frente às entidades representativas da população, concentrando esforços que favoreçam os contadores reduzindo os níveis de risco tanto para a profissão quanto para o profissional (FECONTESP, 2015).

3.8 – SESCON-SP Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo e Associação das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de São Paulo

O SESCON-SP foi fundado em 12 de janeiro de 1949, com o nome de Associação Profissional das Empresas de Serviços Contábeis de São Paulo, com sua sede na Rua da Consolação, nº 318, onde funcionava o Instituto Superior de Preparação Técnica. O processo de transformação em entidade sindical iniciou-se logo após a fundação junto ao então Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (SESCON-SP, 2015).

No início da década de 60, foi alterada a base territorial e o âmbito de representação, passando a entidade a ter a denominação de Associação Profissional das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (SESCON-SP, 2015).

Em 4 de novembro de 1964, ocorreu o reconhecimento pelo Ministério do Trabalho com a expedição da respectiva Carta Sindical com a denominação de Sindicato das

Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo, representando a respectiva categoria econômica do 3º Grupo - Agentes Autônomos do Comércio - do Plano da Confederação Nacional do Comércio. No final da década de 70 adquiriu sua sede própria na Rua Formosa, nº 367, 23º Andar – Centro, local no qual permaneceu por mais de 20 (vinte) anos (SESCON-SP, 2015).

Em 27 de maio de 1987, a entidade passou a ter sua denominação atual: Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (SESCON-SP, 2015).

No final do ano 2000, mais precisamente no dia 8 de dezembro, o SESC-SP inaugurou sua nova sede social, localizada na Av. Tiradentes, 960 – Bairro da Luz, contando com 5.000 m² de modernas instalações visando à consecução de seus objetivos sociais: representar perante as entidades de direito público ou privado os interesses gerais de seus filiados; celebrar convenções ou acordos coletivos de trabalho, bem como defender em dissídios coletivos as categorias econômicas representadas; eleger ou designar os representantes das categorias; colaborar com o Estado, como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução dos problemas que se relacionem com as categorias que representa; colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social; manter serviços de consultoria jurídica aos seus associados; promover a conciliação nos dissídios de trabalho; promover convênios técnico-operacionais com entidades em geral; e criar e manter cursos de atualização, formação e modernização profissional para os filiados (SESCON-SP, 2015).

Enfim, a razão de ser da entidade são seus associados e filiados, bem como seu principal objetivo é servir-lhes com excelência, atuando como seu porta-voz perante os poderes do Estado em seus vários níveis, reivindicando e defendendo seus interesses e direitos, procurando a valorização das atividades das empresas representadas e a ampliação de seu mercado, colaborando para o desenvolvimento de seus recursos humanos, promovendo a educação continuada e a disseminação de informações importantes para a atividade empresarial; sempre criando incessantemente novos serviços e vantagens para o seu público (SESCON-SP, 2015).

Atender aos anseios das categorias que representa, essa é a missão do SESC-SP (SESCON-SP, 2015).

3.9 – Academia Paulista de Contabilidade

A Academia Paulista de Contabilidade, fundada e instalada em Assembleia Geral em 25 de abril de 1952, teve o Estatuto original registrado sob nº 99065, no 4º Registro de Títulos e Documentos, desta Capital, em 16 de janeiro de 1953, sob nº 1670, livro A, com certidão do referido registro, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 16 de janeiro 1953, na página 56 (APC, 2015).

A Academia Paulista de Contabilidade é uma associação sem fins lucrativos, de âmbito estadual, de prazo indeterminado (APC, 2015).

Em 1916, fundou-se, no Rio de Janeiro, o Instituto Brasileiro de Contabilidade, já em época mais avançada de nossos estudos e preparação profissional; em 1919, à semelhança daquele, foi fundado o Instituto Paulista de Contabilidade; em 1936, foi criado o Sindicato dos Contabilistas de São Paulo, em que se transformara o Instituto Paulista de Contabilidade. Este Instituto escreveu páginas brilhantes de defesa e interesses profissionais e alguma coisa fizera em prol do aperfeiçoamento científico da Contabilidade. O Sindicato, regulado pela Lei, desempenhou-se das suas atribuições, cuidando dos interesses profissionais e dos problemas sociais e fazendo bastante em prol da cultura contábil. A Federação correspondeu às aspirações da união de classe, estadual e nacional; o Conselho Federal e Regional de Contabilidade consolidam a função legal do contabilista (APC, 2015).

Não passou inobservada, no Brasil, a necessidade de se criar um órgão de cultura contábil-profissional. No V Congresso Brasileiro de Contabilidade, realizado em Belo Horizonte, no ano de 1952, o nosso ilustre colega, Professor Joaquim Monteiro de Carvalho, apresentou indicação no sentido de serem criadas as Academias Contábeis nos Estados. Minas Gerais já tinha a sua Academia e um Centro de Pesquisas Contábeis. Acolhendo a ideia do nosso conterrâneo, Professor Monteiro de Carvalho, e acompanhando os colegas mineiros, o Contador Francisco D'Auria também promoveu a fundação da Academia Paulista de Contabilidade (APC, 2015).

Em discurso pronunciado pelo Prof. Francisco D'Auria, resumimos: "Academia, historicamente, sempre foi, apenas, um círculo de homens de boa vontade voltados ao aperfeiçoamento das ciências, das artes, dos esportes. Os mais vaidosos é que lhe deram caráter de grande nobreza, elevando-a a cenáculo de uma elite de homens, a uma corporação de homens superiores, quase divinos, por seus excelsos dotes aristocráticos do saber.

O grêmio poderia se chamar "Instituto" ou simplesmente "Sociedade"; não teria o título a modificar-lhe a essência. Duas razões militam em favor do título escolhido. Primeira razão, porque se originou de uma indicação congressual; Segunda razão, por que já existe uma Academia, a mineira, e outras regionais poderão vir a formar-se, e com o mesmo nome. Não foi denominada "Instituto", por que poderia parecer um revivescência do que se converteu em "Sindicato".

A verdade nesta questão do título é uma simples questão de denominação. O que interessa é manter, à altura dos tradicionais foros contábeis de São Paulo, um grêmio de estudiosos que trabalhem com devotamento, sinceridade, interesse patriótico pelo aprimoramento da Ciência e da profissão contábeis (APC, 2015)."

Com a posse dos dirigentes da Academia, ficou estabelecido o marco inicial dos trabalhos para constituir-se em um ponto de encontro para os Acadêmicos paulistas, que têm a oportunidade de perpetuar o conhecimento contábil através dos tempos. Essa é a meta da Academia Paulista de Contabilidade-APC que, no dia 6 de agosto de 2012, teve a honra de ser reinstalada e de empossar oficialmente 25 renomados profissionais da Contabilidade em suas tradicionais cadeiras (APC, 2015).

A reinstalação da Academia, com a missão de homenagear os 50 patronos que emprestaram seus nomes às cadeiras - reconhecendo o seu trabalho pelo desenvolvimento da profissão e a dedicação de suas vidas às causas contábeis, ocorreu durante a gestão do Contador Domingos Orestes Chiomento, no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo – CRC SP, no período de 2010-

2011. Entre os patronos, encontram-se Hilário Franco, Luiz Fernando Mussolini, Milton Improta e outras ilustres lideranças do passado. Para o presidente da APC, Irineu de Mula, a Academia tem ao mesmo tempo a missão de reconhecer a competência dos profissionais da atualidade, cujas atividades trazem substancial contribuição à Classe (APC, 2015).

3.10 – Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes

Em meados de 1950, a profissão contábil estava evoluindo surgindo os primeiros cursos superiores de Ciências Contábeis. Havia, cada vez mais, a necessidade transparência nas Demonstrações Contábeis das empresas. Naquele tempo alguns profissionais da área organizaram uma regulamentação para Auditoria no Brasil e a normatização das práticas Contábeis nacionais. Surgiram, então, os primeiros Institutos de Auditoria, um dos quais foi o Instituto dos Contadores Públicos de São Paulo (ICPSP), criado em 26 de março de 1957, que mais tarde transformou-se no Instituto dos Contadores Públicos do Brasil (ICPB), e, em 2 de janeiro de 1968, surgiu o Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes (IBAI) (IBRACON, 2008).

Em São Paulo, o IBAI, sob a influente e valorosa liderança do Professor José Rojo Alonso e no Rio Grande do Sul, o ICARGS, realizaram importantes trabalhos no sentido das normatizações de procedimentos contábeis, especialmente visando ao setor de auditoria (SÁ, 2008).

O ICPB e o IBAI representavam a categoria dos Auditores. De acordo com Roberto Dreyfuss havia divergências naquela época sobre a legislação de Auditoria; havia um Instituto no Rio de Janeiro e outro em São Paulo que não entravam em comum acordo sobre as Normas. Em 1960, a auditoria passou a ter um papel importante no mercado de valores, assim, foi exigida a unificação das entidades que representavam os auditores e a Resolução nº 88 de 1968, do Banco Central impôs a obrigatoriedade da Auditoria Independente (IBRACON, 2008).

Em 1971, surgiu o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IAIB) semente do IBRACON, para atender às necessidades de discussão de práticas contábeis e procedimentos de auditoria, inicialmente apenas para Contadores que trabalhassem na Auditoria, porém, era uma área em que poucos atuavam. Questionava-se se deveria abranger todos os contadores, pois assim se fortaleceria; por outro lado, perderia o foco e o prestígio que o Instituto detinha. Houve então uma Assembleia para decidir a possibilidade de não apenas auditores, mas também, contadores se associarem à entidade e também se o nome seria mudado ou permaneceria o mesmo. Em 1982, a entidade abriu suas portas também para outros membros da profissão contábil e para os estudantes de Ciências Contábeis e passa a ser denominado Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON). Em 1º de julho de 1983, ingressaram diversos contadores que atuavam em várias especializações como: Auditores Internos, Peritos Judiciais, Contadores de área Privada e Pública, e Professores (IBRACON, 2008).



Figura 12 - O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IAIB) dá início a seus trabalhos em São Paulo em cerimônia na sede do Sindicato dos Contabilistas. Em pé, da esquerda para a direita: Francisco de Lucca Netto, Luiz Bertasi Filho, José Pedro de Mattos, Adauto César de Castro, Antonio Venício Fellin, Francisco Rodrigues Dias e Vinicio Martins Presti. Sentados, da esquerda para a direita: José Rojo Alonso, Sérgio Approbato Machado, Giuseppe Nazareno Maiolino, Roberto Dreyfuss, Gilson Miguel de Bessa Menezes, Paulo Adolpho Santi e Sérgio de Iudicibus. Fonte: Auditoria Registro de uma Profissão.

No ano de 2001, foi aprovada em Assembleia a ideia do Presidente da Diretoria Nacional Márcio Martins Villas, de voltar à característica de se tratar de uma entidade de auditores. Hoje em 2015, localizado à Rua Maestro Cardim, 1170, 9º andar – Bela Vista, permanecendo assim chamado IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON, 2008).

A fase atual é de valorizar a profissão de auditor e aumentar a base profissional. O Brasil é um país pouco auditado e esse é um dos grandes desafios do IBRACON (IBRACON, 2008).

4. Primeiras escolas

No final do século XIX não havia formação profissional específica voltada para a área do comércio. O primeiro curso comercial no Brasil foi implantado pelo Liceu das Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, em 1882, e era equivalente a um curso de ensino médio mais o técnico em comércio e, guardadas as devidas proporções, equiparava-se a um atual bacharelado. Não havia, na época, faculdade nessa área. O motivo do curso “Comercial Noturno”, de 4 anos, de ter sido bem-sucedido foi o fato de serem aulas gratuitas no período noturno e não atrapalhar a vida profissional dos estudantes (BIELINSKI, 2009).

Com a queda do Império e a Proclamação da República e no transcorrer da Primeira República (1889-1930) o ensino de contabilidade parece entrar de forma mais direta nos currículos dos cursos de formação técnico-comercial ofertados pelas escolas brasileiras.

Há indicação de que, no Estado de São Paulo, o primeiro curso formal de ensino de nível técnico em contabilidade tenha sido o da Escola Politécnica de São Paulo, que

já em 1900 conferia diploma (reconhecido oficialmente) de Contador àqueles que concluíssem o curso preliminar, de duração de um ano (IUDÍCIBUS; SILVA; RICARDINO, 2006).

Em 1902, surge a Escola Prática de Comércio de São Paulo, que, em 1907, passou a ser chamada de Escola de Comércio Álvares Penteado, tendo seus diplomas reconhecidos oficialmente em 1905 e se torna a principal referência no Estado em formação comercial da época.

Foi instituída, em 24 de abril de 1907, pela Lei Municipal nº 258/1907, a Academia Municipal de Comércio de Santos, que foi transformada, em 12 de janeiro de 1917, na Escola de Comércio José Bonifácio pela Lei municipal nº 587/1917 (NOVO MILÊNIO, 2015).

Terça-feira, 7-7-1936 → Pag. 10



Figura 13 - Publicado no jornal santista A Tribuna em 7 de julho de 1936, página 10

Em 1923, com o Decreto Legislativo nº 4.724-A, as seguintes escolas paulistas, entre outras, tiveram seus diplomas equiparados aos expedidos pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro:

- Liceu de Artes, Ofícios e Comércio do Sagrado Coração de Jesus;

- Liceu Nossa Senhora Auxiliadora de Campinas, mantida pela Pia Congregação Salesiana;

- Escola Comercial, mantida pela Sociedade de Educação e Ensino de Campinas;

Por meio de outros decretos e atos, foram reconhecidas de utilidade pública as seguintes escolas de comércio:

- Escola Superior de Comércio de Botucatu;

- Escola de Comércio Cristóvão Colombo (Piracicaba);

- Academia Comercial Mercúrio (São Paulo);

- Escola de Comércio Doze de Outubro (São Paulo).

- Escola de Comércio Dom Pedro II (anexa à Associação dos Empregados de Comércio de São Paulo);

Ainda que diversas outras escolas em São Paulo e em outros Estados estivessem em plena atividade no ensino comercial, somente em 1926, com a regulamentação dos cursos profissionalizantes denominados de Ensino Técnico Comercial pelo Decreto n. 17.329, que o ensino de contabilidade passa a ser integrado como curso de formação profissional específica, de nível técnico, e concedendo título de contador.

No interior do Estado de São Paulo, temos notícias da criação de muitas Escolas de Comércio para o Ensino Técnico de Contabilidade, como, em 1953, a Escola de Comércio Junqueira Ortiz, em Itu.

Até 1930 o ensino superior funcionava como uma espécie de introdução geral às profissões e era realizado em escolas que se diferenciavam pouco daquelas de nível secundário que já ofereciam o ensino profissional.

O Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931, organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências, inclusive estabelecendo o registro obrigatório dos guarda livros e contadores na Superintendência do Ensino Comercial. Esse Decreto estruturou o ensino comercial em três níveis: propedêutico, técnico e superior. O propedêutico exigia a idade mínima de 12 anos para o ingresso no técnico e dividiu o ensino comercial em ramificações: secretário, guarda-livros e administrador-vendedor, com duração de dois anos, e atuário e perito-contador, com duração de três anos. Regulamentou também o curso superior em Administração e Finanças, que concedia o título de bacharel em Ciências Econômicas, com duração de três anos, cujo pré-requisito era a conclusão do curso técnico de perito-contador ou atuário (ROSELLA, 2006).

No final da Era Vargas (1930-1945), por meio do Decreto-Lei 7.988, de 22 de setembro de 1945, a formação oferecida em contabilidade, que estava restrita ao nível técnico até então, passa também a ser oferecida em nível superior, quando então foi instituído o curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais, com duração de quatro anos e concedendo o título de bacharel em Ciências Contábeis e Atuariais aos que o concluíssem.

Já em 1951, por meio da lei 1.401, há a segregação de cursos em relação ao previsto no Decreto-lei 7.988, passando a serem denominados de curso de Ciências Contábeis e curso de Ciências Atuariais (ROSELLA, 2006; PELEIAS, 2007).

O padrão de desenvolvimento do ensino superior no Brasil veio acompanhado de um conjunto de novas carreiras, sobretudo nas áreas sociais e em novas áreas profissionalizantes. É sobretudo nessas áreas que se verificou a expansão do setor privado. Típicos do início dos anos 70 são os cursos de psicologia, ciências contábeis, administração e ciências sociais aplicadas. Essas carreiras absorveram em 1988 quase 600 mil estudantes em cursos predominantemente noturnos, com uma forte participação feminina e localizados nas regiões Sudeste e Sul (SAMPAIO, 1991).

4.1 Escola Politécnica da USP

A Escola Politécnica da USP foi fundada em 24 de agosto de 1893, pela Lei Estadual 191, aprovada pelo Congresso Legislativo de São Paulo e promulgada pelo então presidente do Estado, Bernardino de Campos. Em 1934, ela foi incorporada à Universidade de São Paulo (MARTINS; SILVA; RICARDINO, 2006).

Destacada pelo ensino de engenharia e pela realização de pesquisas científicas e tecnológicas, a Poli formou várias gerações de engenheiros. Alguns de seus alunos destacaram-se na vida política do Estado e do País e na administração de empresas e de órgãos públicos.

Em seu início, a Escola Politécnica da USP oferecia ainda cursos de formação de mão de obra técnica, como os de Artes Mecânicas (1893-1894), Químicos Industriais (1920-1935), Maquinistas (1893-1911) e, até mesmo, de Contadores (1894-1918) (DIAS; CARDOSO, 2014).

A Poli desde seu início contribuiu para o ensino técnico de nível secundário. Além de oferecer os cursos citados, a instituição teve grande cooperação e integração com o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, criado em 1873. Em 1890, Francisco de Paula Ramos de Azevedo assumiu a direção do Liceu, localizado próximo à “Poli velha”. Um dos maiores engenheiros e arquitetos brasileiros, Ramos de Azevedo foi professor da Escola Politécnica desde sua instalação, e seu diretor de 1917 até seu falecimento em 1928 (DIAS; CARDOSO, 2014).

A Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – popularmente conhecida como Poli – é hoje uma das mais conceituadas e respeitadas escolas de engenharia do mundo.

4.2 - Fundação Escola de Comércio Alvares Penteado

O Grêmio Guarda-Livros de São Paulo, uma instituição que reunia os profissionais contábeis de São Paulo, criou um curso que oficializasse a profissão contábil, havendo a necessidade de especializar pessoas para preencher as tarefas rotineiras de controle de finanças e contabilidade, deu início então à Escola de Comércio Alvares Penteado, a primeira escola reconhecida com o curso de Contabilidade pelo Decreto Federal de 1.339 em janeiro de 1905, pelo então presidente da Velha República, Rodrigues Alves, reconhecendo em caráter oficial os diplomas expedidos pela escola (SCHMIDT; SANTOS; FONSECA, 2008).

Fundada em 2 de junho de 1902, até então, conhecida como Escola Prática de São Paulo, em 1931 através do Decreto 20.158 instituiu o curso técnico de contabilidade, com duração de dois anos formando Guarda-livros e de três anos para formar Peritos contadores. Para quem completasse o Curso Superior de Contabilidade, com mais dois anos de estudos, teria direito ao exercício das funções de agentes consulares, funcionários do Ministério das Relações Exteriores, atuários de companhias de seguros, chefes de Contabilidade de estabelecimentos bancários e de grandes empresas comerciais. No ano de 1939, o Decreto Lei nº 1535 altera a denominação do Curso de Perito-Contador para Curso de Contador. Em 22 de setembro de 1945, por meio do decreto lei nº 7.988, é criado o Curso de Ciências Contábeis e Atuariais e, em 20 de dezembro desse mesmo ano, pelo decreto lei nº 8.191, fica estabelecido que as categorias de guarda-livros, atuários, contadores, perito-contadores e bacharéis seriam agrupados em apenas duas, ou seja: Técnico de Contabilidade para os profissionais de nível médio e Bacharel para os de nível superior. Com o advento da Lei nº 1.401, de 31 de julho de 1951, houve a separação entre o Curso de Ciências Contábeis e o Curso de Atuariais (OLIVEIRA, 2010).

Sendo a primeira Instituição a abrir o curso superior de Ciências Contábeis, em 1945, no país, a FECAP (Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado), detém a mais antiga certificação de utilidade pública do Brasil, desde 1915.

Com mais de 100 anos de atuação na área de ensino, a FECAP, atualmente, oferece os cursos de graduação: Administração, Ciências Contábeis, Economia, Relações Internacionais, Publicidade, Relações Públicas e Secretariado Executivo Trilíngue. Além disso, a FECAP atua em outras esferas da educação, como colégio, especialização, mestrados em Ciências Contábeis e Administração e Centro de Educação Continuada (FECAP, 2015).

5. Considerações finais

Vimos que o Estado de São Paulo é um estado rico em entidades de classe e que marcaram sua história com a evolução da contabilidade, desde a chegada da família real ao Brasil até os dias atuais.

A evolução no âmbito educacional vem formando profissionais altamente capacitados para exercer qualquer função dentro da contabilidade, antigamente chamados de Guarda-Livros, hoje Contadores, Auditores, Peritos, Analistas Financeiros e diversos outros.

De acordo com o professor José Carlos Marion, em seu discurso de posse na Academia Paulista de Contabilidade, em 2015, citando a dissertação de Mestrado defendida recentemente por Marcia Regina Konrad, com o título "Formação de Professores para os cursos de graduação em Ciências Contábeis: Um estudo com IES particulares do Estado de São Paulo", além de considerações próprias, destacou:

- Nada menos que 900 cursos superiores de Contabilidade são oferecidos no estado de São Paulo (isto significa 20% do Brasil).
- O primeiro curso oferecido em Contabilidade foi em São Paulo, em 1902, pela FECAP.

- O primeiro curso Superior em Contabilidade foi oferecido pela FEA/USP em 1946.
- O primeiro Mestrado em Contabilidade no Brasil foi em 1970 e o primeiro Doutorado em 1978, ambos pela FEA/USP em São Paulo.
- O primeiro livro que revolucionou o ensino da Contabilidade no Brasil foi "Contabilidade Introdutória", em 1971, escrito por nove acadêmicos Contadores paulistas, coordenado pelo magnífico Prof. Sérgio de Iudícibus.
- Quase 80% dos livros didáticos em Contabilidade, adotados pelas IES atualmente no Brasil, são de autores paulistas.
- O maior "best seller" em livros didáticos de Contabilidade no Brasil é do saudoso professor paulista Hilário Franco.
- Disparadamente, o maior percentual de mestres, doutores e livres docentes em Contabilidade está no Estado de São Paulo.

A dedicação e a determinação de cada profissional da Contabilidade para o aprimoramento da profissão criando organizações de classe e instituições de ensino de qualidade para a melhoria dessa Ciência trouxe grande representatividade do Estado de São Paulo para o Brasil.

Referências

APC – ACADEMIA PAULISTA DE CONTABILIDADE. Livro comemorativo gestão 2015-2017. São Paulo. 2015.

APC – ACADEMIA PAULISTA DE CONTABILIDADE. Histórico. Obtido em <<http://www.apcsp.org.br/capa.asp?idpagina=420>> . Acesso em 18 de dezembro de 2015.

APEJESP. História da Associação. Obtido em <<http://www.apejesp.com.br/APEJESPHistorico.aspx>>. Acesso em 18 de dezembro de 2015.

BIELINSKI, Alba Carneiro. O Liceu de Artes e Ofícios - sua história de 1856 a 1906. 19&20, Rio de Janeiro, v. IV, n. 1, jan. 2009.

CALDEIRA, Jorge. História do Brasil com Empreendedores, Ed.Mameluco, 2009.

CFC CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. História dos Congressos de Contabilidade, 2º Edição, pag. 21, 22, 93 e 94. Brasília, DF, 2012.

CRC SP, CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Obtido em <http://www.crcsp.org.br/portal_novo/profissao_contabil/dia_contabilista.htm>. Acesso em 18 de dezembro de 2015.

CRC SP CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. História do CRC SP em comemoração aos 64 anos de instalação. Obtido em <http://www.crcsp.org.br/portal_novo/conheca/historia.htm>. Acesso em 18 de dezembro de 2015.

DIAS, José Luiz Pereira da Costa; CARDOSO, José Roberto. Os 120 anos da Escola Politécnica de São Paulo, Revista Politécnica, Engenharia e Ensino, n. 618, 2014.

FECAP FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO. Obtido em <http://www.fecap.br/imprensa/pdf/FECAP_release_18112010.pdf> . Acesso em 18 de dezembro de 2015.

FECONTESP FEDERAÇÃO DOS CONTABILISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Obtido em <<http://www.fecontesp.org.br/institucional/noticia/historico>>. Acesso em 18 de dezembro de 2015.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. Estações Ferroviárias do Brasil – Dumont. Obtido em <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/d/dumont.htm>>. Acesso em 18 de dezembro de 2015.

GIGLIOLI, Adriano. O papel das entidades contábeis e a educação continuada no processo de atualização do contabilista: um estudo exploratório, PUC, São Paulo, 2011.

GUIMARÃES, Cristiane. A chegada ao século 20, Revista Campo & Cidade, Itú, nº 77, Março/Abril 2012.

SÁ, Antônio Lopes. História Geral da Contabilidade no Brasil, CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, pag. 213 e 215, Ano 2008.

IBRACON, INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL. Auditoria – Registros de uma Profissão. São Paulo, SP, 2008.

MARION, José Carlos. Discurso de Posse na ACADEMIA PAULISTA DE CONTABILIDADE, São Paulo – SP, CRC SP, 2015.

MARTINS, Eliseu; SILVA, Amado Francisco, RICARDINO, Álvaro. Escola Politécnica: Possivelmente o Primeiro Curso Formal de Contabilidade do Estado de São Paulo. Revista Contabilidade e Finanças, USP, São Paulo, n. 42, p. 113 – 122, Set./Dez. 2006.

1996 UM ANO DE GRANDES REALIZAÇÕES: Revista do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, Ano 1, 1996.

NOVO MILENIO. A educação e as antigas escolas. Obtido em <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0250a.htm>>. Acesso em 18 de dezembro de 2015.

OLIVEIRA, Elizabeth Castro Maurenza de. A Gestão do Ensino da Contabilidade – Trajetória, ReFAE – Revista da Faculdade de Administração e Economia, v. 1, n. 2, p. 21-28, 2010.

PELEIAS, Ivam Ricardo; BACCI, João. Pequena cronologia do desenvolvimento contábil no Brasil: Os primeiros pensadores, a padronização contábil e os congressos brasileiros de contabilidade. Revista Administração On Line – FECAP - Volume 5 Nº 3, p 39-54 jul/ago/set 2004

POLATO, Mauricio Fonseca. A Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap) e o Ensino Comercial em São Paulo (1902-1931). PUC, São Paulo, 2008.

REIS, Aline de Jesus; SILVA, Leal da Silva. A Histórica da Contabilidade no Brasil. Universidade Salvador - Unifacs, Salvador, BA, 2007.

ROSELLA, Maria Helena et al. O ensino superior no Brasil e o ensino da contabilidade. In: PELEIAS, Ivam Ricardo (org.). Didática do Ensino da Contabilidade: aplicável a outros Cursos Superiores. Saraiva, 2006

SAMPAIO, Helena. Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990. NUPES – Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da USP – Universidade de São Paulo. Documento de trabalho n. 8; 1991. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>>. Acesso em 18 de dezembro de 2015.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; FONSECA, Pedro. Frederico Herrmann Júnior o precursos da Escola Patrimonialista no Brasil. Business Review (UNIFIN), v.5, p.101-119, 2008.

SESCON-SP. SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS NO ESTADO DE SÃO PAULO. História. <<http://institucional.sescon.org.br/?pagina=includes/historia.php>>. Acesso em 18 de dezembro de 2015.

SINDCONT-SP. SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE SÃO PAULO. Livro em comemoração aos 90 anos. São Paulo, 2009.

SINDCONT-SP. SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE SÃO PAULO. Obtido em <<http://www.sindcontsp.org.br>>. Acesso em 18 de dezembro de 2015.

SOARES, Jéssica Lorhane Celestino. As Vantagens e os Benefícios da União dos Profissionais de Contabilidade. Instituto de Ensino Superior de Londrina, Londrina, PR, 2013.

SOUZA, Jonas Soares de. Contabilidade na Colônia e no Império, Revista Campo & Cidade, Itú, nº 77, Março/Abril 2012.

VENTURELLI, Marisa Alonso Mariquito. A História da Contabilidade: Da Pré Historia Ao Panorama Atual. Faculdade Sudamérica, Cataguases, MG, 2011.

WILEMAN'S REVIEW, ed 34, 24 agosto de 1915, p. 8, Rio de Janeiro, RJ, 1915.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca Digital Brasileira. Periódicos.